



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**



**GEOGRAFIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: ORIGENS, TRANSFORMAÇÕES E  
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO**

**Lieny Marques Rodrigues**

Ouro Preto – MG  
2025

LIENY MARQUES RODRIGUES

**GEOGRAFIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: ORIGENS, TRANSFORMAÇÕES E  
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Ouro Preto, como  
requisito básico para a Conclusão do Curso de  
Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Bertin

Ouro Preto – MG  
2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE OURO PRETO REITORIA  
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD  
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E TECNOLOGIAS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Lieny Marques Rodrigues**

### **Geografia em perspectiva histórica: origens, transformações e implicações para o ensino**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada

Aprovada em 12 de dezembro de 2025

#### Membros da banca

Dra. Marta Bertin - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto Dr.  
Exzolvildres Queiroz Neto - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. David Melo Van Den Brule - Universidade de Pernambuco

Marta Bertin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 12/12/2025



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/12/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1031701** e o código CRC **959BEDD3**.

## RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica pretende explorar a trajetória do pensamento geográfico em diferentes períodos e contextos, desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, destacando a importância da perspectiva histórica para a ressignificação do processo de ensino-aprendizagem. Tratará de como esse saber, construído inicialmente de modo disperso tanto entre filósofos e viajantes gregos e romanos, como por meio da cartografia no Oriente, se desenvolveu por meio da mediação árabe, vindo a contribuir com as grandes navegações na transição para a modernidade. Investigará como a Geografia se tornou ciência universitária autônoma na Alemanha recém unificada, em 1871, objetivando atender a interesses políticos internos e externos. Similarmente, no Brasil, o conhecimento geográfico começou com as expedições do período imperial, se consolidando no ensino secundário, para depois se institucionalizar, o que ocorreu nos anos 1930 com a criação da USP e da AGB, entre outras. Seguiram-se inovações didáticas, com destaque para Delgado de Carvalho. A Geografia escolar teve papel primário na formação patriótica até a década de 1970, quando avanços teóricos introduziram a geografia teórico-quantitativa e as geografias anti-hegemônicas, como a crítica, de fundamento marxista, e a cultural, pós-colonial e ambiental, oriundas da virada cultural dos anos 1980. Por fim, discutirá a respeito da integração da Geografia como componente das Ciências Humanas na Base Comum Curricular, priorizando a sociedade em detrimento dos aspectos naturais do espaço. Em suma, espera-se que o conhecimento acerca das reinvenções e revoluções no campo da Geografia contribua para a valorização da sua diversidade enquanto campo acadêmico e disciplina escolar, favorecendo a articulação de perspectivas variadas para a compreensão crítica das múltiplas facetas das dinâmicas espaciais e do lugar do sujeito no mundo.

**Palavras-chave:** História do pensamento geográfico; cientificação da Geografia no séc. XIX; Geografia no Brasil; renovação teórica; componente das Ciências Humanas na BNCC.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>2 A PRÉ-HISTÓRIA DA GEOGRAFIA .....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO SÉC. XIX .....</b>                                | <b>12</b> |
| <b>4 O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA NO BRASIL .....</b>   | <b>16</b> |
| <b>5 AS GEOGRAFIAS ANTI-HEGEMÔNICAS.....</b>  | <b>21</b> |
| <b>6 A GEOGRAFIA ESCOLAR CONTEMPORÂNEA COMO COMPONENTE<br/>DISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS .....</b> | <b>23</b> |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>25</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>27</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a formação de professores e a inclusão de disciplinas pedagógicas (como Didática e Psicologia da Educação) existam na legislação brasileira desde meados do século XX (notavelmente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1961), a ênfase na compreensão histórica da disciplina escolar e de sua composição curricular ganhou maior relevo e consistência com as reformas educacionais promovidas no Brasil, especialmente após a LDB de 1996, que passou a exigir formação em nível superior para o magistério e reestruturou os currículos, além de sua regulamentação por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), implementadas e revisadas ao longo dos anos 2000.

Como parte essencial dos projetos pedagógicos das graduações em licenciatura, a história da disciplina permite ao futuro docente compreender as origens, transformações e propósitos do conhecimento que irá ensinar. Para além disso, a História da Ciência evidencia que o conhecimento científico é fruto do trabalho de pessoas reais, marcadas por expectativas, visões de mundo, acertos e falhas ao longo de seus processos. Especialmente no que se refere às licenciaturas vinculadas à área das Ciências Humanas, a compreensão da construção histórica da disciplina permite que o licenciando aumente o interesse e envolvimento com o conteúdo da matéria estudada, na medida em que o percebe de modo mais crítico e sensível, como passível de subjetividades, e não mais como algo neutro e imparcial a ser contemplado à distância.

De acordo com Rossi (2020, p. 32): “A História da Ciência é importante por razões educacionais e filosóficas”. Primeiro, porque a compreensão da história das descobertas permite uma melhor assimilação das ideias já que, “se o aluno aprende pelo caminho com o qual as descobertas foram feitas, é mais fácil aprender e entender, pois o processo mental e histórico são paralelos” (Rossi, 2020, p. 32). Segundo, porque é necessário que os professores tenham em mente o que foi a revolução científica de sua disciplina, seus limites epistemológicos, ou “quando é o ponto de ruptura, como as regras do jogo são historicamente determinadas e como podem ser superadas historicamente” (Rossi, 2020, p. 32). De fato, é fundamental que o raciocínio histórico esteja vinculado à metodologia adotada pelo professor, pois isso lhe permite evitar erros cometidos no passado, à medida que reconhece o uso adequado de diferentes abordagens essenciais ao engajamento no processo de ensino-aprendizagem e à formação de cidadãos reflexivos e comprometidos com a realidade social.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que “apropriar-se de um saber científico é também apropriar-se da história ou das histórias possíveis dessa ciência”, Alencar (2018, p. 92) salienta que a disciplina “História do Pensamento Geográfico” ou “História da Geografia” nos currículos das graduações é necessária não apenas para o “cumprimento de créditos”, mas também para o reexame e a reescrita da história, que está em constante evolução. Dessa forma,

este artigo se propõe a analisar, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, o cenário mais amplo no qual a ciência geográfica se formou, de tal forma que a investigação de suas origens, transformações e disputas epistemológicas permita compreender as diferentes concepções que configuraram o campo geográfico no Brasil entre a tradição eurocêntrica e as particularidades locais.

No intuito de compreender mais profundamente a base desse saber, pretende-se investigar, primeiramente, como o conhecimento geográfico foi construído de modo disperso em diferentes regiões do mundo e, especialmente a partir dos filósofos gregos, entre outros saberes da Antiguidade (Moraes, 2005; Iroczinski; Silva, 2016). Tal conhecimento oriundo de várias partes do mundo e intercambiado pelos mouros que ocuparam a Península Ibérica (711-1492) será apresentado como um saber estratégico que colaborou com as grandes navegações e o consequente descobrimento do Novo Mundo na transição da Idade Média para a Modernidade. A produção geográfica em atlas e enciclopédias, ainda que de forma não sistematizada nesse momento, representou os interesses políticos das potências da Europa em expansão.

Já no século XIX, será abordado como a Alemanha forneceu condições favoráveis ao desenvolvimento da disciplina, institucionalizando-a como ciência universitária no mesmo período de sua unificação política e utilizando-a para atender interesses internos e externos, funcionando como instrumento ideológico associado ao nacionalismo e ao colonialismo (Andrade, 1977; Lacoste, 1988; Pereira, 2005). Será citada a relevância de alguns nomes para este processo, como Humboldt, Ritter e Ratzel, na Alemanha e Vidal de La Blache na França, destacando as principais temáticas que orientavam essa Geografia Tradicional.

Resgatando a similaridade com a Alemanha no que se refere à independência e ao desenvolvimento industrial tardio relativo ao seu contexto histórico, o artigo tratará, então, do desenvolvimento geográfico no Brasil, destacando suas principais influências e enfoques temáticos. Esse percurso se inicia com expedições imperiais, segue com o ensino secundário inspirado no modelo francês e alcança a institucionalização acadêmica nos anos 1930, com destaque para a atuação de Delgado de Carvalho e a fundação da USP e da AGB (Ribeiro, 2011; De Mello, Pereira e Pezzato, 2018). O artigo ressalta ainda a importância da disciplina no atendimento a demandas patrióticas e educacionais entre 1940 e 1970, bem como as mudanças técnico-metodológicas que introduziram a Geografia teórico-quantitativa, usada pelo Estado na gestão do território.

Como reação à ineficiência do governo em solucionar os problemas sociais, surgem as geografias anti-hegemônicas. Além da perspectiva marxista ou crítica, que se posiciona contra as estruturas de dominação, a chamada “virada cultural”, ocorrida a partir da década de 1980, ampliou o campo de investigação, enfatizando representações, símbolos, identidades e práticas

espaciais, impulsionando novas geografias contemporâneas, como a pós-colonial, a cultural e a ambiental, que buscam pluralizar a leitura do espaço e valorizar epistemologias diversas (Claval, 1999; Corrêa, 2007).

Por fim, discutir-se-á a questão da inserção da disciplina geográfica entre as Ciências Humanas no currículo escolar brasileiro, o que, embora pareça restringir ou enrijecer sua abordagem, tem contribuído para reafirmar a função estratégica e social do espaço geográfico no mundo contemporâneo como reflexo das contradições e potencialidades da sociedade atual, ao mesmo tempo que mantém diálogo com uma diversidade de perspectivas. Sem dúvida, a imersão na rica trajetória da Geografia, antes e após a sua institucionalização, permitirá compreender como se constituiu o caráter dinâmico e dialético dessa ciência relativamente nova.

Em suma, a literatura consultada oferece bases teóricas sólidas para compreender as transformações históricas da disciplina e, sobretudo, para refletir criticamente sobre suas implicações na formação docente. Os diferentes autores convergem ao afirmar que a Geografia é uma ciência historicamente construída, marcada por rupturas e reinterpretações contínuas, e que seu ensino demanda uma compreensão profunda de suas matrizes teóricas e contextos de produção. Assim, a análise crítica das obras revela não apenas a diversidade de olhares sobre a Geografia, mas também a necessidade de articular esses conhecimentos à prática pedagógica, preenchendo lacunas existentes e contribuindo para um ensino mais contextualizado, reflexivo e coerente com a complexidade do espaço geográfico contemporâneo. Assim, mais que um exercício teórico, tal investigação trata-se de um requisito fundamental para aprimorar o ensino, fortalecer a identidade profissional dos docentes e contribuir para uma educação mais crítica, reflexiva e emancipadora.

## **2 A PRÉ-HISTÓRIA DA GEOGRAFIA**

Visto que a Geografia é considerada a ciência que estuda as relações entre o homem e a terra habitável, pode-se dizer que sua história coincide com a história do homem na terra (Bordou, 2012, p. 29), cuja necessidade de representar o espaço já no período pré-histórico se manifestava nas pinturas rupestres. Quanto aos primeiros mapas, encontramos suas pistas na Antiguidade Oriental, produzidos pelos sumérios e chineses com finalidades político-econômicas por volta de 2.500 a.C. (Irocinski, A., & Silva, 2016, p. 8). À Antiguidade Ocidental, dos séculos VII em diante, especialmente à Grécia e Roma antigas, consideradas berço da cultura do ocidente, atribui-se as pesquisas de caráter geográfico de maior relevância do período, ainda que de modo interligado a outros saberes dos eruditos.

Se, por um lado, muito do conhecimento geográfico prático elaborado pelos romanos

relacionados à sua expansão, como descrição de rotas, lugares e povos, se perdeu nas destruições de suas bibliotecas; por outro lado, a sociedade grega, que valorizou mais o conhecimento filosófico e teórico, deixou uma farta herança geográfica para a posteridade. Nesse sentido, Cavalcanti (2010, p. 32) ressalta que, por considerarem “a filosofia uma característica de todas as realidades naturais e humanas e que todo o universo poderia ser entendido a partir de uma perspectiva histórico-evolutiva”, os filósofos naturais gregos deixaram um importante legado acerca do desenvolvimento do pensamento geográfico (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 9).

Desta forma, como ainda não havia a divisão de saberes em áreas de conhecimento que se efetuou no período moderno, o estudioso dessa época era, muitas das vezes, ao mesmo tempo matemático, filósofo, astrônomo, geógrafo e historiador, fato comum em tempos de saber enciclopédico, não havendo um conteúdo unitário e um objeto definido para a geografia, de modo que o conhecimento encontrava-se disperso em textos diversos, sendo relativamente científico por causa de suas várias interpretações (Boudou, 2012, p. 31). Isso contribuía para a grande diversidade do conhecimento geográfico.

A diversidade de temáticas geográficas presente no pensamento grego exemplifica-se, no século VI a.C., pelos estudos dos filósofos pré-socráticos Tales e Anaximandro sobre a medição do espaço e a discussão da forma da Terra e, no século V a.C., pelas análises do médico Hipócrates, no período socrático, sobre a relação entre a saúde humana e o meio ambiente — como se observa em sua obra *Dos ares, das águas e dos lugares* —, e na preocupação de Heródoto com a descrição de lugares e regiões (Moraes, 2005, p. 11), sobre o qual lemos:

Sendo considerado por muitos como o primeiro geógrafo, Heródoto (485-420 a.C.), o “pai da história”, descreveu muito bem a Geografia dos países que visitou em suas viagens, como o Egito, a Líbia e a Macedônia, entre outras. Apesar de sua obra ser considerada exagerada quanto à extensão de suas viagens e as fontes criadas, possui importantes trabalhos nas áreas de etnografia e antropologia. Não obstante, Yves Lacoste, geógrafo francês da atualidade, deu reconhecimento a Heródoto, batizando com seu nome a mais importante revista sobre geopolítica da França. (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 8)

No entanto, foi só no séc. III a.C. que os termos geografia e geógrafo foram concebidos por Eratóstenes de Cirene (276-194 a.C.), também considerado o fundador da disciplina geográfica e lembrado por calcular a circunferência terrestre entre 37 e 45 mil quilômetros — valor muito próximo da medida atual comprovada de aproximadamente 40.070 km — feito notável para sua época (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 8). Fica evidente que, ainda que o filósofo tenha se valido de outros conhecimentos, como técnicas de geometria e a observação da sombra, para realizar tal descoberta, ele buscou em seus trabalhos descrever a superfície terrestre, em consonância com o significado grego da palavra geografia, por ele criada.

No intuito de criar uma base comum para a temática geográfica, muitos estudiosos posteriores tentaram sistematizar o conhecimento geográfico acumulado até sua época, a

exemplo de Estrabão, no primeiro século, em sua obra *Geografia*, de 17 volumes, ao descrever as regiões conhecidas de seu tempo, abordando aspectos geográficos, culturais e históricos dos povos que habitavam esses territórios (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 8) sob o domínio do Império Romano, de Cláudio Ptolomeu, no séc. II, em sua obra *Síntese Geográfica*, e de Bernardo Varenius, no séc. XVII, em *Geografia Generalis* (Moraes, 2005, p. 11).

Ainda assim, a maioria das análises geográficas não se inseria no que mais tarde seria considerado ciência geográfica, a saber, a ciência especializada no estudo das relações entre o espaço geográfico, o meio natural e as sociedades humanas, pois, em geral, constituíam parte integrativa ou complementar de obras com caráter diverso.

Assim, até o final do século XVIII, não é possível falar de conhecimento geográfico como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações. Designam-se como Geografia: relatos de viagem, escritos em tom literário; compêndios de curiosidades, sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos, sobre os continentes e os países do Globo, etc. Na verdade, trata-se de todo um período de dispersão do conhecimento geográfico, onde é impossível falar dessa disciplina como um todo sistematizado e particularizado. Néelson Werneck Sodré denomina-o de “pré-história da Geografia”. (Moraes, 2005, p. 11)

É importante notar que, ainda que se preocupassem em reunir e compilar o conhecimento geográfico construído até então, os estudiosos daquele tempo eram colaboradores no empenho investigativo interdisciplinar predominante em seu tempo, e seus trabalhos repercutiram nas transformações mundiais que se efeturaram na modernidade. Cláudio Ptolomeu (100-168), por exemplo, ao tentar comprovar o modelo geocêntrico com base em cálculos envolvendo círculos, epiciclos e equantes, também deixou um legado de contribuições significativas à astronomia, à matemática e à cartografia, a partir do desenvolvimento de projeções, globos e mapas (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 8).

Sua obra *Geographia*, escrita em Alexandria, cidade do Egito romanizado, no século II d.C, despertou a atenção dos árabes no século IX, ganhou relevância no contexto do Renascimento Humanístico, quando foi traduzida para o latim (em 1406) e teve suas cópias manuscritas publicadas (1472/1475) (Barreto, 2009, p. 162). Uma dessas cópias, inclusive, encontra-se na seção de obras raras na Biblioteca Nacional do Brasil, proveniente de uma doação feita pelo Imperador D. Pedro II, em 1891, a partir do acervo da Imperatriz D. Thereza Christina Maria (Barreto, 2009, p. 163). A obra é reconhecida por sua importância histórica, por ter contribuído para as produções cartográficas usadas nas viagens de Colombo no séc. XVI (Barreto, 2009, p. 166).

Atribui-se, ainda, às traduções do grego para o árabe das obras de Ptolomeu, no contexto de expansão do Império Muçulmano durante as Cruzadas no séc. XI, grande parte do avanço da Astronomia, Matemática e Geografia no Oriente (Iroczinski, A., & Silva, 2016, p. 9). Isso porque,

após a queda do Império Romano do Ocidente e durante grande parte do período medieval, enquanto o conhecimento erudito na Europa era monopolizado pelos mosteiros católicos e grande parte de seus reinos se entretinha em guerras internas, os árabes foram ativos em traduzir obras gregas, bem como em produzir suas próprias obras, com temas e conteúdos similares aos dos gregos clássicos e frequentemente com maior extensão, ainda que com objetivos mais religiosos, a exemplo da literatura de viagens e carstologia de Al Idrisi (1110-1166) ou Ibn Batutta (1304-1377), considerado o maior viajante geógrafo islâmico daquele período, que teria percorrido todo o norte da África e Ásia em cerca de 30 anos.

A partir do seu percurso expansionista, que havia permitido o contato com outros povos, os árabes assimilaram e aperfeiçoaram as técnicas e conhecimentos de seu tempo em várias áreas. Relata-se que, após a morte de Maomé em 634, deu-se um período de expansão da fé islâmica e da busca de terras férteis, liderada pelos califas (sucessores do profeta, com autoridade política e religiosa). Tamanha foi essa expansão que em um século seus domínios se estenderam da Índia até o Atlântico. Teriam levado a sério o conselho atribuído ao profeta: “Adquira sabedoria, ainda que venha da China”. Com efeito, conseguiram aprender da China a fabricação da seda, do papel, o uso do moinho de vento, do canhão, da pólvora e da bússola, entre outros, apesar de os chineses terem preservado por anos o monopólio de seu modo de produção e comércio. De acordo com Doctors (1999 *apud* Aredes, 2014, p. 28) “conta a lenda que numa guerra na fronteira entre a China e Uzbequistão, o exército do governador de Samarcanda aprisionou dois artesãos chineses, que em troca de sua liberdade, ofereceram seus conhecimentos na fabricação do papel”. O saber técnico para a fabricação desse papel (inicialmente rústico, protótipo do que temos hoje) foi guardado pelos árabes por mais de 500 anos, ganhando, em suas mãos, novas cores e formatos (Aredes, 2014, p. 28), sendo mais tarde aperfeiçoado pelos europeus, especialmente franceses no séc. XVIII.

O acolhimento de intelectuais persas perseguidos pelo Império Bizantino teria contribuído para que os árabes aprendessem seu costume de traduzir obras estrangeiras antigas. Traduziram textos do grego, persa, indiano e sírio, entre outros, para o árabe, com o cuidado de preservar os escritos originais. Estima-se que até fins do século X, tenham findado a maior parte dessas traduções, de modo que os árabes e outros passaram então a dedicar-se com maior exclusividade às suas próprias pesquisas e obras. Apesar de a “Casa da Sabedoria”, criada no séc. IX, e outras bibliotecas situadas nesta importante capital terem sido destruídas ou saqueadas pelos mongóis durante o cerco de Bagdá em 1258, o espírito científico sobreviveu e já havia se espalhado pelas demais partes do Império dominado pelos muçulmanos, contrastando com o monopólio intelectual dos mosteiros da Europa de além dos Pirineus. Um mouro em Toledo, por exemplo, baseando-se em estudos já desenvolvidos pela astronomia persa, desenvolveu o uso do

astrolábio para identificar a latitude, se mostrou bastante útil para a navegação noturna e exploração dos mares nos séculos subsequentes.

De fato, por valorizar e desenvolver o saber geográfico preservado da antiguidade, diz-se que “os geógrafos do Islã medieval, em suas vertentes sistemática e corográfica, foram uma espécie de "ponte" que faltava na evolução do pensamento geográfico entre os gregos da Antiguidade e os precursores das grandes escolas clássicas europeias nos séculos XIX e XX” (Travassos, Amorim Filho, 2016, p. 55). A propósito, sobre o rico intercâmbio cultural proporcionado pela ocupação dos muçulmanos mouros (principalmente árabes e bérberes, que habitavam o norte da África) na Península Ibérica, de 711 a 1492, vale a pena conferir o documentário de produção britânica *‘Quando os mouros dominaram a Europa’* (2005). Este destaca como a invasão islâmica neste período propiciou uma revolução tecno agrícola e científica que fundamentou as bases para o desenvolvimento das primeiras nações modernas que se tornariam pioneiras na colonização do Novo Mundo no séc. XVI. Como colocado por Ribeiro (1995, p. 64, 65), embora a tecnologia tenha sido gerada pelo mundo árabe e oriental, foi acolhida e concatenada pelos portugueses. Isso porque, segundo ele, os árabes, como aconteceu com todas as civilizações, entraram em obsolescência e se feudalizaram, abrindo espaço para um novo gênero de salvacionismo, que se deu a partir da expulsão dos judeus e sarracenos, e formação das primeiras nações modernas, a saber, Portugal e Espanha (Ribeiro, 1995, p. 67).

Enquanto durante a Idade Média, período dito “obscuro” na Europa Central, a censura da Igreja, a inexistência da imprensa moderna e a intenção de muitas civilizações, como a chinesa, a árabe e a oceânica, de ocultar seus itinerários, escalas e descobertas para manter o monopólio da exploração das riquezas de lugares desconhecidos do mundo de sua época, dificultaram o acesso a muitas visões e representações de mundo elaboradas por diferentes sociedades e culturas no decorrer de muitos séculos, a Idade Moderna se distinguiu por um considerável enriquecimento com dados para estudos sobre a superfície terrestre quando viajantes e estudiosos, especialmente europeus, começaram a conservar os relatos de suas viagens e expedições (Boudou, 2012, pp. 29, 30). O interesse em conquistar novas terras e criar colônias, em dispor de um inventário, de representar suas terras, de evangelizar, de preparar ataques militares que precisavam de conhecimentos sobre o terreno, de encontrar metais preciosos, especiarias e escravos passou a motivar burgueses comerciantes e grandes nações europeias a financiar expedições e publicar seus resultados através de mapas ou atlas diversos, revelando a contínua ligação da história do pensamento geográfico “à história política, à sucessão cronológica das grandes potências que investiram nessas aventuras de conquista de terras” (Boudou, 2012, p. 32).

A ampliação das interrogações humanas decorrente da observação de fenômenos, fatos e manifestações diversas da natureza nos continentes e oceanos fez surgir a necessidade de

identificar, denominar e explicar os acontecimentos, bem como de desenvolver novas possibilidades de coleta e tratamento de dados, vindo a repercutir em novas áreas de estudo geográfico e no melhoramento da linguagem geográfica expressa no vocabulário, imagens e ilustrações, bem como na organização do formato e das medidas da terra e continentes descobertos em coordenadas, feito concluído na segunda metade do século XVIII e que representou um grande avanço na cartografia e na evolução do saber geográfico (Boudou, 2012, p. 33).

Com efeito, a afirmação “quem tem conhecimento, tem poder”, atribuída ao filósofo no século XVI Francis Bacon (1561-1626), se aplica à busca sempre presente dos grandes e fortes de conhecer o espaço para organizar e dominar o território. Nesse sentido, o saber geográfico há muito tem atendido aos interesses políticos de expansão territorial, por fornecer o conhecimento enciclopédico referente à grandeza de um mundo em descobrimento e a síntese dos fenômenos naturais e sócio-espaciais.

### **3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO SÉC. XIX**

Tem-se dito que a Geografia moderna ou científica foi gestada na Alemanha a partir de Kant (Gomes, 1996 *apud* Ribeiro, 2011, p. 821). Relata-se que entre 1756 e 1796, Immanuel Kant (1724-1804), considerado o primeiro professor de Geografia, já ministrava cursos de Antropologia e Geografia Física a todo o público acadêmico na Universidade de Königsberg tendo como base um amplo material sobre a corografia da superfície terrestre proveniente “de relatos de viagens e compêndios que sintetizam os aspectos fisiográficos de várias partes do planeta” (Ribeiro, 2011, pp. 820-821). Nesta circunstância, é imputado a ele o rompimento da “união entre história e geografia, baseada na tradição e em considerações práticas”, tornando as ciências irmãs independentes para tratarem do tempo e do espaço (Carneiro, 2016, p. 43).

Conforme Andrade (1977, p. 6), os fundadores da Geografia moderna “não a inventaram partindo do nada”. Ao relacionar as formações vegetais às condições naturais, o naturalista, e mais tarde conselheiro do rei da Prússia, Alexander von Humboldt (1769-1859) viajou o mundo (por isso chamado de “o segundo descobridor da América” entre 1799 e 1804) e partiu da botânica para a biogeografia ao relacionar as formações vegetais com outras condições naturais. Baseando-se em seu conhecimento histórico-filosófico, o também tutor de uma família de banqueiros, Karl Ritter (1779-1859) procurou explicar as várias formas de ocupação do espaço, valorizando as particularidades de cada região. E, a partir de sua formação como zoólogo e etnógrafo, Friedrich Ratzel (1844- 1904), criado da corte mais tarde considerado o fundador da Antropogeografia e da Geografia Política, analisou a dependência do homem em relação às condições do meio natural e sua capacidade de se moldar e modificar a esse meio, vindo a

comparar o Estado a um organismo vivo que deveria expandir seu Espaço Vital para evoluir e prosperar.

Pereira (2005, p. 46) explica que, com Humboldt e Ritter, a Geografia ganha na Alemanha um "status" científico, quando ocorre a substituição da Geografia antiga, descritiva e baseada em relatos de viagem e expedições por uma perspectiva sistemática, explicativa e científica. Segundo a autora (Pereira, 2005, p. 50), a Geografia Moderna é fruto de uma combinação de fatores materiais e ideológicos que atingem sua maturidade no século XIX, marcando a transição do sistema feudal para o domínio da burguesia na Alemanha, no momento em que o modelo capitalista de produção ganhava espaço por toda a Europa.

Tendo o mesmo fundo histórico do marxismo, a Geografia Moderna diferiu deste por estar comprometida com outra classe: a aristocracia prussiana (Pereira, 2005, p. 53). Esta Geografia nasce na recém-unificada Alemanha para resolver duas questões políticas, a saber: (1) a necessidade interna de criar uma identidade territorial em uma nação unificada e industrializada tardiamente, em virtude da fragmentação em feudos da aristocracia rural que não passara pela experiência de uma monarquia absoluta e (2) a necessidade externa de expandir comercial e territorialmente e disputar com outras nações capitalistas imperialistas (Pereira, 2005, p. 52).

Buscando uma explicação mais a fundo para o porquê de a Alemanha ter se tornado um campo fértil para o desenvolvimento intelectual e geográfico, a autora explica que a Reforma Protestante no séc. XVI teria motivado uma nova predisposição mental, onde o trabalho encarado na Idade Média como castigo passa a ser visto como meio de produzir conhecimento e, assim, usar o dom de Deus (Pereira, 2005, p. 48). Os geógrafos, ao invés de simplesmente cumprirem o papel de "descrever o mundo criado por Deus", como estimulava o catolicismo, agora desejavam explicar como este mundo funciona (Pereira, 2005, p. 47), resgatando um pouco do empenho presente na antiguidade. As pessoas comuns foram afetadas pela instituição da escolarização obrigatória, a partir da valorização da leitura e da pesquisa, de modo que, por volta de 1870, apenas 10% dos homens e 15% das mulheres ainda eram analfabetos (Pereira, 2005, p. 47).

Ao instituir o primeiro sistema nacional de educação compulsória na Europa em 1717 (Rothbard, 1999, p. 25 *apud* Celeti, 2012, p. 30), o governo prussiano usou os ideais pietistas para unir luteranos e calvinistas, bem como para incorporar ao caráter do povo prussiano o dever, a obediência e a disciplina (Mccarter, 2004 *apud* Celeti, 2012, p. 30). Com o avanço da laicização dos Estados modernos, observa-se a substituição da religião por uma nova forma de culto, em que a moral religiosa deu lugar ao dever patriótico e à cidadania, a obediência ao clero transformou-se em submissão ao Estado e as leis divinas foram trocadas pela observância das

leis civis (Celeti, 2012, p. 32).

A obrigatoriedade de ensino para todos, baseada no princípio de igualdade jurídica, é garantida pela coerção do governo no contexto da unificação da Alemanha por meio do governo prussiano, considerado o Estado mais despótico da modernidade, e do governo napoleônico na França no início do século XIX (Zamboni, 2011, p. 34). O surgimento do sistema público de ensino e a consequente popularização da escolarização ao longo do século XIX lançaram as bases para a institucionalização da Geografia moderna, primeiro na Alemanha e depois na França (Pereira, 1999 *apud* Ribeiro, 2011, p. 822).

Embora as universidades existissem no território da Alemanha desde o século XV e a preocupação com o ensino sempre tenha estado presente, o ideal de educar todos os jovens ganhou força em razão do fervor nacionalista que tomou a nação no séc. XIX, disputada entre Áustria e Prússia; resultando que “em 1860 a obrigação do ensino já era um costume generalizado por toda a Prússia, período em que se inicia a expansão da geografia universitária, sempre ligada à criação de escolas de geografia, ao desenvolvimento econômico e aos objetivos políticos da Unificação”; a qual ocorreu em 1871, momento em que “o tom romântico e especulativo da geografia é claramente substituído pela ciência aplicada” (Capel, 1981 *apud* Oliveira, Vitte, 2010).

Ainda que as primeiras sociedades de Geografia (Paris 1821, Berlim 1828, Londres 1830) e algumas cátedras de Geografia nas Universidades tenham surgido antes, a exemplo da primeira cátedra na França em 1809 e na Alemanha em 1820, “apenas entre 1860 e 1870 as demais universidades do país passaram a contar com tais cátedras, visando a estimular a formação de professores primários e secundários”, o que corroborou também para “o crescimento da produção de obras editoriais geográficas e cartográficas” e consequente valorização do ensino geográfico por volta de 1870; de modo que os geohistoriadores costumam tomar 1871 - data em que ocorre o primeiro Congresso Internacional de Geografia, em Anvers (Bélgica), como marco da institucionalização da geografia (Boudou, 2012, p. 34; Ribeiro, 2011, p. 822).

Este evento, na mesma época da unificação da Alemanha e formação do Império Alemão sob a liderança do “chanceler de ferro” Otto von Bismarck ao fim da Guerra Franco- Prussiana (1870-1871), não só marcou o fim da hegemonia francesa na Europa e o início de uma nova era com a Alemanha como potência dominante, como também revelou o poder da Geografia na geopolítica da Alemanha. Conforme Andrade (1977, p. 6):

Todos estes elementos levaram os alemães a racionalizarem uma Geografia que valorizava o determinismo geográfico, que iria ao encontro do pensamento filosófico e político alemão, num momento que se realizava a unidade política das várias “Alemanhas” em um Império, sob a égide do reino da Prússia. Este dogmatismo determinista justificaria a ideia de que as melhores condições naturais dariam margem à formação de uma raça de elite, fisicamente mais capacitada e, em consequência, socialmente mais evoluída.

Embora essa expressão “determinismo” cunhada pelo historiador Lefebvre tenha sido relativizada ao longo dos anos, a geografia gestada na Alemanha continuou a ser usada como instrumento de poder.

E se o mestre-alemão foi considerado como um dos responsáveis pela vitória sobre a França em 1871, para a disputa do domínio universal contou a Alemanha com os geógrafos, como Haushofer, que formularam a teoria política do espaço vital e que deram a maior importância à Geopolítica como instrumento de dominação dos povos vencidos. (Andrade, 1977, p. 7)

Lacoste (1988, p. 251), em seu clássico *A Geografia – Isso serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra*, define a geografia dos mapas, que ele chama de fundamental, como um saber estratégico “indispensável aos príncipes, aos chefes de guerra, aos grandes comissários do Estado, mas também aos navegadores e aos homens de negócios, ao menos para aqueles cujo espírito de empreendimentos se exerce além do quadro especial que lhes é familiar”. Segundo ele, os fins geopolíticos da Geografia não eram tratados no âmbito escolar. Fortemente influenciada pelas ciências naturais, esta Geografia inicialmente se concentrou em fatos como Revolução industrial, colonização e urbanização e na formação de professores e alunos conhecedores de seu país e patriotas, enquanto que no âmbito acadêmico se desenvolveu, principalmente, nas áreas de pesquisa colonial, econômica, militar e política (Boudou, 2012, p. 35).

Para Lacoste (1988, p. 251), apesar de a Geografia estratégica ter tido seu significado reduzido ao ser instituída em fins do séc. XIX como um conhecimento escolar com fins eminentemente ideológicos, ligados ao patriotismo, ela está “mais ativa e mais precisa do que nunca (nem que seja por causa das observações fornecidas pelos satélites), mas ela é discreta, às vezes secreta, e destinada, como o é, aos estados-maiores militares ou financeiros, ela permanece ignorada do grande público [...]”, fazendo-se oportuno que os professores de geografia a tratem como um saber político, trazendo à compreensão dos alunos as tensões geopolíticas por trás dos fatos geográficos, os grandes mecanismos e relações de força que explicam as contradições existentes.

A Geografia clássica ou tradicional teve na Alemanha Kant, Ratzel, Ritter e Humboldt como seus principais representantes e na França, Paul Vidal de La Blache (Boudou, 2012, p. 36). La Blache “realizou uma série de estudos regionais, de análises que poderíamos chamar microgeográficas, onde procurou demonstrar que o meio exercia influência sobre o homem, mas que o homem tinha possibilidades de modificar o meio, dando origem ao possibilismo” (Andrade, 1977, p. 7), o qual foi uma “forma atenuada de determinismo”, enquanto considerava a geografia como ciência do lugar e não do homem (Claval, 1974 citado por Andrade, 1977, p. 8). Como já havia praticamente dividido com a Inglaterra o império colonial africano, a França

necessitava, “naturalmente, de confundir a política colonial com os interesses humanitários de levar a civilização a povos incultos e capazes de ser educados e absorvidos pela civilização ocidental, em vez de pregar uma política de extermínio ou de conquista dos povos ditos inferiores” (Andrade, 1977, p. 8).

Com o mesmo intuito de legitimar sua dominação, a Geografia britânica se institucionalizou na década de 1880, baseando-se tanto na geopolítica alemã de Friedrich Ratzel quanto nas monografias regionais francesas de La Blache e seus discípulos (Machado, 1999, p. 25). Produções relevantes desse período foram os grandes Atlas nacionais criados pela França, Alemanha e Reino Unido, mapas de uso dos solos na escola Anglo-saxã e uma nova geografia universal na França. (Boudou, 2012, p. 37).

A análise de como a propagação moderna do conhecimento geográfico, tanto na época dos descobrimentos quanto no contexto de desenvolvimento do saber científico institucionalizado, se deu a partir da Europa e continuou a ser reproduzido a partir dos países centrais da economia capitalista permite compreender por que muitos estudos decoloniais tentam desconstruir discursos de dominação, propondo novas perspectivas para a Geografia pós-moderna.

#### **4 O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA NO BRASIL**

O interesse pelas colônias americanas já havia se refletido em diversos trabalhos de viajantes, cientistas e naturalistas oriundos dos países colonizadores. A apropriação da exploração científica como um serviço nacional é vista quando o Estado imperial, em meados do século XIX, institui a Comissão Científica de Exploração (1859-1861) que incluía muitos protogeógrafos, todos oriundos do Brasil:

Em um movimento de “expansão para dentro”, essa comissão, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e que integrava as atividades científicas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi encarregada de explorar o interior de províncias do Norte e Nordeste do Brasil e pretendia contribuir para o conhecimento e a manutenção da indivisibilidade e integralidade do território. A Comissão Científica de Exploração apresentava instruções ambiciosas que sinalizavam amplos programas disciplinares adaptados ao que os representantes das elites científicas da Corte consideravam as urgências do país. Entre os objetivos da Comissão estava o mapeamento botânico, geológico, mineralógico, astronômico e geográfico, bem como das condições meteorológicas e da distribuição das populações indígenas. Pretendia-se contribuir para o incremento da agricultura por meio do levantamento das condições climáticas e dos solos, do estudo da topografia dos terrenos e das análises acerca da potencialidade da vegetação e da disponibilidade de água subterrânea. (Lopes, 2009 citado por Lima, Casazza e Brito, 2022, p. 216)

O sucesso desse projeto resultou na organização de muitas outras expedições com fins específicos, a exemplo da Comissão Hidráulica do Império (1878-1880), da qual Theodoro

Sampaio, negro, participou como único engenheiro brasileiro entre outros estadunidenses e registrou as impressões da viagem por meio de seus desenhos. Ao falar desse início da trajetória de Sampaio, Aziz Ab'Saber (1958 *apud* Santos, Vitte, e Suertegaray, 2023) ressalta o valor dos predecessores (1817-1910) enquanto pioneiros na catalogação de um acervo documental do espaço brasileiro, cujos registros foram essenciais para a fundação e institucionalização do curso universitário de Geografia.

É importante ressaltar que, até meados dos anos 30, o ensino superior no Brasil contava apenas com as Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. As ciências sociais se desenvolviam na Faculdade de Direito e a antropologia pertencia à Medicina. Todo debate acadêmico limitava-se a esses campos do conhecimento. A geografia, segundo Moraes (1991, p. 114), aparecia como a atividade da escola normal, como ocupação de engenheiros (topógrafos), não contando com nenhuma discussão epistemológica. Imperavam nos estudos geográficos as teses ratzelianas e as ideias da escola alemã, que se apresentavam bem de acordo com os interesses das oligarquias agrárias. Este cenário irá prevalecer até a década de 1930, quando a geografia brasileira se institucionaliza, seguindo todo um padrão francês de ciência, respaldado na matriz historicista. (Machado, 1999, p. 20)

Durante o governo imperial, foi adotado o modelo educacional francês, com a instituição da Geografia como disciplina autônoma no currículo escolar brasileiro a partir de 1837 no Imperial Colégio Pedro II, com um ensino tradicional caracterizado pela memorização de nomes de lugares, seguindo compêndios franceses, e professores sem formação acadêmica até 1930, já que em 1929 é criado o Curso Livre Superior de Geografia no intuito de “fomentar o nacionalismo entre os estudantes” (Ribeiro, 2011, pp. 823, 824).

As mudanças que ocorreram nas estruturas educacionais no Brasil, especialmente na década de 1930, tinham como plano de fundo e força motriz as transformações que vinham ocorrendo no cenário mundial e podem ser explicadas por essa conjuntura. Citando Romanelli (1993, p. 45) Rocha (2000, p. 1, 2) explica que, na década de 1920, inicia-se uma ruptura da velha educação acadêmica e aristocrática em decorrência da gradativa substituição do modelo agroexportador pelo modelo econômico urbano-industrial, impulsionado pela I Guerra Mundial, que gerou uma demanda por ascensão social por meio da educação, que se acentuou após 1930, acompanhada no plano ideológico por uma aspiração a reformas educacionais mais intensas, que obrigaram o sistema escolar a se expandir rapidamente. Movimentos liderados por intelectuais ligados à educação ao invés de por políticos possibilitaram que, “em meio ao conservadorismo reinante” emergisse “um inusitado entusiasmo pela escolarização, bem como um certo otimismo pedagógico” (Rocha, 2000, p. 2).

Neste contexto de renovação pedagógica – como já vinha acontecendo também na Europa, Rocha (2009, p. 78 *apud* De Mello, Pereira e Pezzato, 2018, pp. 17,18) elucida que, enquanto a maioria disciplinas escolares procediam de ciências que já haviam ganhado

legitimidade no Brasil, a Geografia escolar assumiu o importante papel de legitimar a ciência geográfica moderna à medida que a instituía nas escolas, correspondendo a um anseio por mudança epistêmico-didática desde o fim do século anterior. Rocha (1996 *apud* Ribeiro, 2011, p. 825) ressalta que, embora a trajetória da Geografia no Brasil tenha seguido o mesmo caminho observado em outros países, com sua inserção no ensino secundário antes de se institucionalizar no meio acadêmico, no contexto brasileiro esse processo apresentou uma particularidade: houve quase um século de ensino da disciplina sem a presença de professores formados na área ou de livros didáticos elaborados por profissionais com formação geográfica.

Albuquerque (2011) e Pereira (2019) frisam, em consonância com Rocha (1996) e Pontuschka et al. (2007), que a sistematização da Geografia moderna acadêmica no Brasil tem interdependência direta com a existência anterior da Geografia na escola, de suas tradições de ensino, da necessidade de formação de professores para atuarem nessas escolas e do interesse político nacionalista por trás da valorização desta disciplina nos currículos brasileiros. (De Mello, Pereira e Pezzato, 2018, p. 21)

Dessa forma, a partir de 1920, a geografia universitária nacional passou gradativamente a questionar o ensino descritivo e mnemônico da geografia tradicional e introduziu inovações ao ensino escolar, a exemplo do que propôs Carlos Miguel Delgado de Carvalho (nascido no Brasil e formado na França em Direito e Ciência Política, professor de Geografia, Inglês e Sociologia no Colégio Pedro II no início do século XX e considerado pioneiro da Geografia Moderna no Brasil) no sentido de estudar a geografia física elementar a partir da fisiografia e destacar a antropogeografia nos estudos de geografia humana, como já se fazia na Europa; tomando a vivência dos alunos como ponto de partida, sob uma “perspectiva moderna de Geografia, pautada no positivismo científico e nos métodos pedagógicos ativos de Pestalozzi” (Rocha, 1996 *apud* Ribeiro 2011, pp. 826, 827).

Para ele [Delgado de Carvalho], a Geografia nomenclatural e administrativa, preocupada com a fixação de nomes de lugares e a inculcação de ideais patrióticos, não mais cabia naquele momento de mudanças educacionais, muito menos a mera adaptação de obras didáticas estrangeiras, que não atendiam, em seu entender, ao interesse da educação nacional (Pontuschka et al., 2007, p. 48 *apud* De Mello, Pereira e Pezzato, 2018, p. 20).

Conforme Ferraz (1994, p. 76), a falta de diploma em Geografia no caso de Delgado era compensada por “um acúmulo de informações, tanto de conteúdo como principalmente de domínio do “método científico” – que na época era hegemonicamente o de modelo positivista das ciências naturais – que o capacitava a manusear com desenvoltura os conhecimentos de caráter geográfico”. Ainda de acordo com o referido autor, Delgado soube tanto identificar as contribuições advindas da fundamentação organicista da geografia francesa, como também valorizar os aspectos positivos do evolucionismo presente na geografia alemã (Ferraz, 1994, p. 91).

O uso do conhecimento geográfico e demais ciências humanas como ferramenta de progresso social, o ideal de neutralidade política e científica (Ferraz, 1994, p. 97), a ênfase à organização regional, bem como a crítica à fragmentação do ensino geográfico por estado (De Mello, Pereira e Pezzato, 2018, p. 20), na perspectiva de um Estado centralizador, evidenciava um alinhamento ao positivismo de Comte. É interessante ressaltar que, mesmo tendo origem oligárquica, Delgado se revelou “um exímio representante das ideias e valores liberais e modernizantes” (Ferraz, 1994, p. 140). A aplicação política do positivismo enquanto doutrina também se evidencia em Delgado quando este sugere que a Geografia escolar, juntamente com outras disciplinas, sob a responsabilidade do Estado e não da Igreja, deveria edificar a humanidade no homem, no sentido de criar uma solidariedade social ou identidade nacional rumo à “construção de uma nação mais justa, rica, pacífica e desenvolvida” (Ferraz, 1994, p. 101).

Para ele, o Brasil do início do séc. XX possuía as mesmas fragilidades da Alemanha do início do séc. XIX, como “a desorganização político-administrativa, o isolamento das várias porções do território, a ausência de um “espírito nacional” capaz de motivar os indivíduos à luta e defesa de um ideal de desenvolvimento e crescimento do país/Estado” e, desta forma, a melhor forma ou método científico para resolver essa situação impropícia ao desenvolvimento capitalista seria seguir a via prussiana de consolidação da identidade nacional por meio das instituições, como o exército, a Universidade, a escola e a ciência, que deviam seguir as diretrizes colocadas pelo Estado (Ferraz, 1994, p. 82).

Delgado também foi responsável pela criação da primeira proposta de regionalização do Brasil, de acordo com critérios físicos, em 1913. Ele enxergava a Geografia como uma ciência complexa – síntese de outras ciências, cujo futuro científico claro poderia se fundamentar na sistematização das causas e efeitos dos elementos físicos nas regiões naturais (Ferraz, 1994, p. 117). Suas análises regionais do território brasileiro representativas da Geografia que se oficializou apresentam não apenas os aspectos físicos, como também o processo de colonização, ocupação econômica e mudanças paisagísticas (Ferraz, 1994, p. 144).

A esse esforço epistemológico de renovar o ensino geográfico, como representado por Delgado, segue-se a institucionalização da Geografia no âmbito acadêmico no Brasil. Ao longo da década de 1930, ou seja, quase um século após sua instituição no ensino secundário (1837), a Geografia e seu ensino no Brasil são valorizados pela normatização da presença da Geografia no ensino básico de vários estados do país; pela vinda de geógrafos franceses para viabilizarem sua instituição como curso superior no âmbito da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, pela fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) também

em 1935, pela criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937 e pela fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1939 (Cassab, 2009 apud Ribeiro, 2011, p. 825), apesar de, inicialmente, se recrutarem para este, principalmente, engenheiros civis geógrafos, ou seja, habilitados em topografia (Andrade, 1977, p. 9), cuja produção ainda refletia a historiografia da elite oligárquica brasileira.

Conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 48), a criação da FFCL representou uma inovação, pois inaugurou a existência do profissional bacharel e licenciado, com formação dupla em Geografia e História até 1957, quando o curso foi desmembrado. Neste cenário universitário, alguns geógrafos, como o professor francês Pierre Deffontaines, se aproximaram das interpretações culturalistas, revelando um distanciamento da vertente naturalista antes hegemônica na sociedade agrária. Essa aproximação veio a repercutir não só em teorias sociais acerca do território brasileiro (que se contrapunham às ideologias eugenistas baseadas no darwinismo social), como também em fusões posteriores da Geografia e História em Estudos Sociais em livros didáticos, currículos escolares e cursos de formação docente (Pontuschka, Paganelli e Cacete, 2007, pp. 59-66).

O cultivo da consciência histórica, uma âncora-traço da nobreza reforçada talvez diante das revoluções das identidades no âmbito das transformações urbano- industriais do século XIX na Europa e do século XX no Brasil, conduz Carvalho a citar e elogiar, no *Manual* antes referido [*Manual de organização social e política brasileira (OSPB)*], livro didático oficial do MEC/Inep para instilar princípios cívicos na juventude publicado em 1967, quando Delgado tinha 70 anos e apresenta a história, a geografia e as ciências sociais como "uma ciência una" os chamados intérpretes globais do Brasil [...]. São personagens como Leôncio Basbaum, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado, Néilson Werneck Sodré, entre outros, que se dedicaram às representações sintéticas do todo do país, lembrando o método regional. As gerações que foram expostas aos ambientes das pós-graduações pós- 1970 tiveram de se encontrar com os discursos desses intérpretes, entender-lhes as aspirações, e também os limites das suas meganarrativas e megaconceitos (Barros, 2008).

Não obstante, a Geografia das décadas de 1940 e 1950 prosseguiu como um “veículo a serviço do Estado brasileiro”, (Ribeiro, 2011, p. 827), que tratou, de modo ufanista, de enumerar e descrever as riquezas naturais do país, omitindo os aspectos culturais e políticos (Cassab, 2009 apud Ribeiro, 2011, p. 827). “O propósito era mostrar como o Brasil seguia em direção ao seu destino manifesto, ou seja, tornar-se uma das potências econômicas do planeta” (Cassab, 2009 apud Ribeiro, 2011, p. 829). Assim, a perspectiva nacionalista estava presente nos livros didáticos sob o monopólio editorial dos autores Delgado de Carvalho, de 1910 a 1930, e de Aroldo Edgard de Azevedo, de 1930 a 1970, mesmo após a revolução teórico- quantitativa (ou paradigma fragmentário da modernidade industrial) que se iniciou na década de 1950 e prevaleceu até a década de 1970 (Pereira, 1999 apud Ribeiro, 2011, p. 827).

De acordo com Rodrigues (1972, p. 12 apud Ribeiro, 2011, p. 827), essa revolução traduziu uma mudança do foco motivacional da Geografia de “fatos desenvolvidos à epiderme da

terra”, “nem sempre importantes”, para “a análise e diagnóstico da problemática do desenvolvimento das nações” e “realização de trabalhos básicos para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento”. Essa renovação dos ideais geográficos no Brasil vinha acompanhando um movimento que acontecia em maior escala em outros países centrais do capitalismo.

## 5 AS GEOGRAFIAS ANTI-HEGEMÔNICAS

Em especial a partir de 1960, no contexto “da Guerra Fria e dos conflitos dos dois blocos, comunista soviético e o capitalista americano, assim como do surgimento do subdesenvolvimento e do terceiro-mundismo, e do crescimento urbano e demográfico sem precedentes na história”, ganha força, “principalmente na Suécia, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha”, a nova geografia teórico-quantitativa, muito influenciada pelo “desenvolvimento da informática e da cartografia”, voltando-se para a produção teórica com uso de “métodos baseados na medida, na quantificação, na sistemática, na modelização, entre outros”, visando “responder as necessidades de planejamento urbano e regional” (Boudou, 2012, p. 37).

Concomitante ao seu desenvolvimento, surgiu oposição ao positivismo lógico e novos paradigmas, como a Geografia radical que nasceu na França, relacionada aos movimentos universitários de contestação dos problemas sociais inerentes ao sistema capitalista, e depois se expandiu para os Estados Unidos e Grã-Bretanha, vindo também a ganhar aceitação nos países do terceiro-mundismo, inclusive no Brasil, onde foi chamada de geografia crítica (Boudou, 2012, p. 38). No contexto da ditadura no Brasil, na década de 1970, ao passo que as disciplinas escolares Geografia e História são reprimidas e reduzidas a Estudos Sociais (Cassab, 2009 *apud* Ribeiro, 2011, p. 830), no quadro acadêmico, se desenvolve a geografia crítica, onde obras como a de Yves Lacoste e Milton Santos munem professores e alunos de argumentos para a crítica da sociedade e do ensino e valorização da área (Ferreira, 2000 *apud* Ribeiro, 2011, p. 831). Sobre a motivação dessa Geografia de inspiração marxista, propagadora de um pensamento crítico, Lencioni (1999, p. 196) diz:

Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a geografia havia procurado ver mais os padrões espaciais e menos a pertinência de tais padrões. Questionou o fato de a geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços para desvendar o “como” e o “porque” dos processos, deveria também investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço.

Também se desenvolve, nos Estados Unidos, a Geografia humanista, considerada a mais nova das vertentes geográficas da década de 1970, ainda que resgatando abordagens mais antigas, que se concentrou “nos valores humanos e em suas crenças, que determinam as ações e

os comportamentos humanos”, em contraposição “à geografia marxista que privilegiava o homo economicus determinado pelas relações de classe, e à geografia teórica, que valorizava o homo rationalis” (Boudou, 2012, p. 38). A Geografia Humanista foi também chamada na França de Geografia Cultural, Comportamental, das Representações ou Fenomenológica (Robic, 1992 *apud* Almeida, 2018, p.35).

A “geografia fenomenológica” de conteúdos diversos ou geografia do espaço vivido tomou como foco “o comportamento e atitude dos grupos humanos face ao espaço em que vivem”, propondo-se a investigar a percepção do espaço e a representação mental que o homem faz do meio em que vive e teve como um de seus principais nomes o geógrafo francês Armand Frémont, cuja nova abordagem foi explicada no livro *Região: espaço vivido* (Boudou, 2012, p. 38).

Com uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo, a geografia sob inspiração fenomenológica incorporou e salientou a dimensão dos valores sociais e culturais, bem como a valorização da história e do mundo vivido. Aspectos a que a geografia, no século XIX, sob a influência do romantismo, já havia chamado a atenção e que estavam sendo resgatados de um ponto de vista humanístico. (Lencioni, 1999, p. 194)

Todo esse movimento de renovação geográfica da década de 1970 recebeu um nome duas décadas depois.

A virada cultural foi o termo cunhado no final dos anos 1990 para resumir as transformações que a geografia experimentou a partir do final dos 1970. Não resultou de uma forma particular de orientação geográfica. Foi o resultado compartilhado de uma multiplicidade de movimentos: a geografia radical, a abordagem fenomenológica ou geografia humanista, a teoria dos sistemas, bem como os movimentos estruturalistas e pós-estruturalistas. (Claval, 2022, p.5)

Nota-se que o papel da cultura na Geografia “era importante já nas primeiras fases da geografia humana (Clássica e a Nova Geografia dos anos 1950), mas as abordagens funcionalistas que predominavam na época limitaram sua expressão” (Claval, 2022, p. 2). Enquanto nas primeiras fases havia uma naturalização do mundo e uma racionalização das capacidades humanas, mas sem aprofundar na sensibilidade e imaginação humanas (Claval, 2022, p.4), na Geografia contemporânea: “A dimensão racional do pensamento não desaparece, mas torna-se apenas uma faceta da atividade cerebral. Uma atenção igual é dedicada à exploração dos imaginários, sua variedade, às preferências por eles criadas e aos ambientes que ajudam a moldar” (ibid., p. 6).

Assim, após um período de “crise” da geografia cultural ou da geografia da crise, a Nova Geografia Cultural se propõe a abordar as sensações e representações, a cultura pela ótica das comunicações e na perspectiva da construção de identidades, destacando o papel do indivíduo e das dimensões simbólicas da vida coletiva (Almeida, 2018, p. 47). Conforme Lencioni (1999, p.

198) “a ênfase dada no heterogêneo, na diferença e na descontinuidade” ao invés de na “homogeneização e universalização encontradas na modernidade” marcaram a “emergência do pensamento pós-moderno”, que:

criticou a ênfase dada pelo marxismo à análise das relações sociais de produção e das classes sociais e mostrou os limites das análises do pensamento moderno que, preocupado com os processos homogeneizadores do capital, desprezaram aspectos importantes para se compreender a sociedade atual, como o racismo e o feminismo. (Lencioni, 1999, p. 198)

Dessa forma, há um alargamento do objeto geográfico:

Estão incluídas agora tanto as áreas onde as sociedades são tomadas como normais quanto a heterotopia, esses contraespaços de que necessitam, mas onde as regras normalmente impostas a todos não são, na verdade, aplicadas. Está igualmente interessada tanto na prosperidade como na pobreza. Para os períodos de fortuna, a geografia opõe os tempos de estafa e ruína; ela lida com a morte e com as diferentes maneiras pelas quais essa é institucionalizada. (Lencioni, 1999, p. 198)

Espaços de segregação como favelas, presídios e reservas indígenas, o lugar vivido, a identidade presente no território nacional, a região como espaço identitário, a necropolítica, o racismo institucional e estrutural, o feminismo, o multiculturalismo, a diversidade étnico-racial e toda sorte de abordagens decoloniais se tornam alvo de estudo dos geógrafos e passam a permear debates acadêmicos, livros didáticos e currículos escolares.

Neste momento atual de globalização cultural, a vertente geoculturalista encontra novas possibilidades. Conforme Almeida (2018, p. 51):

Vivemos, segundo Jameson (1991), no hiperespaço, um domínio no qual a experiência local não mais coincide com o lugar onde ela acontece, [onde] a vida “real” começa a imitar as imagens que a mídia nos oferece. Neste mundo de mundialização cultural, conforme Ortiz (1994) o atual desafio para os geógrafos culturalistas é investigar como as interconexões entre forças globais e particularidade local alteram os relacionamentos entre identidade, significado e lugar. Outros questionamentos são sobre as maneiras como um sentimento de identidade, comunidade e nacionalidade permanece enraizado em um lugar.

Ao procurar ampliar a dimensão espaço-tempo, dando mais ênfase na espacialidade que na historicidade, o pós-modernismo também foi chamado de pós-historicismo (Lencioni, 1999, p. 198). Sem dúvida, todo esforço empreendido por múltiplos grupos de geógrafos para ampliar o escopo da disciplina contribuiu para que hoje a geografia seja uma ciência mais rica e diversa, que transita entre as Ciências Humanas/Sociais e Naturais, porque os aspectos físicos e humanos do espaço geográfico se interrelacionam.

## **6 A GEOGRAFIA ESCOLAR CONTEMPORÂNEA COMO COMPONENTE DISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS**

A integração da Geografia como parte das Ciências Humanas nos currículos escolares atuais do Brasil, como expresso na BNCC (2018), tem suas raízes no contexto de renovação das décadas de 1930 e 1940 como nos sugere Portela (2018,p. 7). A autora ressalta que, ainda que não se esclareça o sentido pensado ao incluir a geografia entre as ‘ciências humanas’, visto que este termo já foi ressignificado “sob diferentes perspectivas por correntes teóricas que perpassam do positivismo à ciência moderna, com o foco no estudo do homem e da humanidade”, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio atribuem a relevância das ciências humanas no Brasil aos teóricos sociais, considerados seus pais fundadores, como se segue:

A partir dos anos 30 e 40 deste século, as Ciências Humanas no Brasil encontraram enorme renovação, com os trabalhos de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo. Com a fundação da Universidade de São Paulo e a vinda de pesquisadores estrangeiros do porte de Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Jacques Lambert, Jean Tricart, dentre outros, tais estudos encontraram um campo fértil, dando origem a seguidas gerações de sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos e cientistas políticos, que se dedicaram ao estudo da sociedade brasileira, em uma perspectiva de forte engajamento político, que acabaria esbarrando no enrijecimento da reação, no período que se seguiu a 1964 (Brasil, 2000, p.5).

Latuf (2007) esclarece ainda que, ao passo que a Geografia Física, dependente da tecnologia em muitos momentos, tenha dado um salto expressivo após a Segunda Grande Guerra, devido, sobretudo, à evolução de técnicas quantitativas no auxílio à pesquisa geográfica e territorial, alguns teóricos como Friedrich Nietzsche consideram que a Geografia Humana teve seu desenvolvimento contínuo ao longo de toda a história, ou seja, contando com todos os avanços de cada ciência auxiliar. Essa aparente vantagem histórica talvez também tenha pesado na escolha política e educacional de integrar a disciplina geográfica como componente das Ciências Humanas. Com efeito, no detalhamento do conteúdo geográfico na BNCC de 2018 para o ensino médio, opta-se por privilegiar o estudo dos processos humanos em suas relações com o espaço geográfico nas diversas categorias a serem problematizadas no projeto curricular: Tempo e Espaço; Território e Fronteira; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética, e Política e Trabalho.

Tomando esse documento como um reflexo do que se propõe para o ensino hoje no Brasil, faz-se oportuno destacar que, apesar de não priorizar o questionamento do status quo — como prevê a Geografia Crítica — sendo frequentemente criticado por favorecer o empreendedorismo e a lógica neoliberal, e de esvaziar conteúdos, especialmente no Novo Ensino Médio, este documento prioriza um olhar mais voltado para o raciocínio geográfico e o

desenvolvimento de habilidades espaciais, embora as unidades temáticas permitam a análise das contradições. Além disso, pretende-se que a Geografia Física seja trabalhada de forma contextualizada à ação humana e relacionando a natureza à sociedade, possibilitando que a educação ambiental seja abordada transversalmente em todo o currículo e permitindo a inserção de análises de cunho humanista, dada sua ênfase ao fator humano, ou mesmo quantitativo, tendo em vista a ênfase ao raciocínio lógico e analogias. Sem ter a pretensão de minimizar as críticas ou aprofundar nas polêmicas em torno desse documento, podemos admitir que aliado ao fato de termos hoje liberdade de pensamento e expressão, a rica carreira da Geografia enquanto ciência nos supre de muitas abordagens e métodos para trabalhar cada temática proposta.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão apresentada evidencia que a trajetória do pensamento geográfico é marcada por continuidades, rupturas e ressignificações que acompanham as necessidades políticas, científicas e sociais de cada época. Da Geografia embrionária dos filósofos da Antiguidade ao processo de cientificação no século XIX, passando pela institucionalização brasileira e pelas inovações metodológicas do século XX, observa-se que a disciplina se transforma à medida que novos paradigmas teóricos e novas demandas sociais emergem. Ao passo que faz de seu objeto de estudo as paisagens, regiões, lugares e territórios, assume papéis diversos em diferentes contextos, como de: instrumento político usado para criação de um sentimento nacional ou para expansão territorial, suporte teórico para técnicas de organização espacial, objeto precursor de transformação social e ambiental, entre outros.

Ao analisar o contexto histórico no século XIX, conclui-se que a institucionalização da Geografia refletiu tanto os avanços científicos e educacionais da modernidade quanto as contradições do projeto europeu de poder. Entender esse processo é reconhecer que o desenvolvimento do pensamento geográfico moderno esteve profundamente enraizado nas dinâmicas geopolíticas, ideológicas e econômicas de seu tempo. Tomando como base menções à circulação de saberes (mouros, Antiguidade), a pesquisa pode aprofundar estudos comparativos, ressignificar contribuições não-europeias e formular uma narrativa mais plural. Tal compreensão é essencial para repensar a Geografia contemporânea, não mais como ferramenta de dominação, mas como campo crítico de análise das desigualdades e das múltiplas relações entre sociedade e espaço no mundo globalizado. Assim, a Geografia adquire nova função social, voltada à promoção de uma leitura crítica do espaço.

O percurso histórico da Geografia no Brasil também revelou tensões entre tradição e modernização, entre o ensino descritivo e o pensamento crítico, entre a dependência de modelos

estrangeiros e a busca por uma identidade científica própria. Com sua institucionalização, a Geografia brasileira passou a integrar o debate internacional, mas também a refletir sobre suas particularidades e desafios. Desse modo, compreender sua evolução é reconhecer a importância da Geografia como ciência e prática educativa na formação de uma consciência nacional, crítica e transformadora, comprometida com a compreensão das realidades territoriais e sociais do país.

A ampliação do objeto de estudo da Geografia Contemporânea, por sua vez, não representou apenas um alargamento teórico, mas também refletiu um compromisso ético e político com a compreensão da complexidade do mundo vivido. Ao passo que as correntes anti-hegemônicas romperam com os paradigmas positivistas e deterministas, abrindo espaço para interpretações que valorizam o sujeito, a diversidade e a experiência vivida dos lugares, consolidou-se uma perspectiva mais plural e sensível às diferenças, representando a continuidade crítica de uma trajetória que busca compreender o espaço em sua totalidade — física, social, simbólica e cultural.

Também se observou que a disciplina geográfica sempre esteve ligada a outras áreas de conhecimento e precisa valer-se dessa interdisciplinaridade tanto em sua vertente Física quanto na Humana. De fato, ao transitar entre as Ciências Humanas e Naturais, a Geografia contemporânea reafirma sua vocação interdisciplinar e seu papel essencial na leitura das dinâmicas do mundo globalizado, onde o local e o global, o real e o virtual, o humano e o natural se entrelaçam em novas formas de produzir e significar o espaço. Também reafirma seu compromisso epistemológico com a produção de conhecimento crítico e reflexivo, essencial tanto para o avanço acadêmico quanto para a renovação da Geografia escolar. Esse movimento evidencia não apenas a vitalidade da disciplina, mas também sua capacidade de dialogar com os desafios do presente, neste contexto marcado por desigualdades, fluxos globais e novas territorialidades.

A Geografia escolar, como componente das Ciências Humanas, mantém-se como instrumento indispensável para a leitura crítica da realidade, promovendo a formação de cidadãos capazes de compreender e intervir no espaço em que vivem. Embora a BNCC (2018) apresente limitações — como a tendência à neutralidade crítica e a aproximação com a lógica neoliberal —, ela também oferece oportunidades para o desenvolvimento do raciocínio geográfico, da consciência espacial e da integração entre sociedade e natureza. Ademais, a pluralidade teórica e metodológica da disciplina — fruto de sua trajetória científica — permite que o ensino de Geografia continue a dialogar com diferentes correntes de pensamento, assegurando uma abordagem rica, dinâmica e comprometida com a transformação social e ambiental. Dessa forma, mesmo diante de desafios, permanece amplo o potencial formativo da Geografia escolar.

Conhecer o percurso histórico-epistemológico da Geografia é fundamental para que educadores e estudantes possam articular, de forma consciente e reflexiva, tradições consolidadas e abordagens recentes, contribuindo para uma leitura mais complexa, responsável e transformadora das dinâmicas espaciais do mundo atual. Assim, a Geografia escolar assume papel essencial ao mediar o conhecimento científico e o cotidiano dos estudantes, favorecendo uma compreensão reflexiva e cidadã do espaço geográfico e uma educação mais contextualizada e comprometida com a realidade. Mais do que um campo do saber, a Geografia se revela como uma lente por meio da qual é possível interpretar o mundo, questionar suas desigualdades e projetar novas formas de habitar o planeta. Dessa maneira, consolida-se como ciência indispensável para a construção de sociedades mais justas, conscientes e sustentáveis.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Ana. (2018). Breve ensaio sobre história da Geografia no Brasil: Reflexões ao sul do Equador. *Revista da Casa da Geografia de Sobral* (RCGS), v. 20, n. 3, p. 91-99, dez. 2018. Sobral, CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú.

ALMEIDA, Cláudia Simone Lemos. A relação entre a geografia escolar e a geografia acadêmica: impactos na formação de professores. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14967>. Acesso em: 19 nov. 2025. Publicado também em: *ParaOnde!?* — *Revista Eletrônica*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/85676/51416>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 5–28, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/940>. Acesso em: 19 nov. 2025.

AREDES, Diego Rodrigues. A evolução do papel e suas formas de conservação. 2014. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, São Lourenço do Sul, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11709/Aredes\\_Diego\\_Rodrigues.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11709/Aredes_Diego_Rodrigues.pdf?sequence=1). Acesso em: 19 nov. 2025.

BARRETO, Livia Lindóia Paes. A *Cosmographia* de Claudius Ptolomaeus: um manancial de conhecimentos doado pelo Imperador D. Pedro II à Biblioteca Nacional. *A Cosmographia de Claudius Ptolomaeus. Graphos*. João Pessoa, Vol 11, N. 2, Dez./2009 – ISSN 1516-1536.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 317-333, jan./abr. 2008.

BOUDOU, Christian Jean-Marie. *Tópicos especiais em geografia*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Origens e evolução da Geografia Histórica. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, v. 13, n. 23, p. 42-65, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1865>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CELETI, Filipe Rangel. Origem da educação obrigatória: um olhar sobre a Prússia. *Revista Saber Acadêmico*, São Paulo, n. 13, p. 29-32, jun. 2012. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180403115007.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CLAVAL, Paul. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. *Geosp*, v. 26, n. 2, e-200518, ago. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200518>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DE MELLO, Bruno Falararo; PEREIRA, Diego Carlos; PEZZATO, João Pedro. Delgado de Carvalho e o movimento de renovação da geografia escolar brasileira: alguns contrapontos. *Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, v. 5, n. 9, p. 17-28, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/82651095/Delgado\\_de\\_Carvalho\\_e\\_o\\_movimento\\_de\\_renova%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_geografia\\_escolar\\_brasileira\\_alguns\\_contrapontos](https://www.academia.edu/82651095/Delgado_de_Carvalho_e_o_movimento_de_renova%C3%A7%C3%A3o_da_geografia_escolar_brasileira_alguns_contrapontos). Acesso em: 19 nov. 2025.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. A obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira: 1913 a 1942. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Paulo: USP, 1994. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02102024-111741/pt-br.php>. Acesso em: 19 nov. 2025.

IROCZINSKI, Adriana; SILVA, Marcos José Machado. A evolução do pensamento geográfico: da Grécia Antiga ao Brasil contemporâneo. *Revista Maiêutica*, Indaial, v. 4, n. 1, p. 7-19, 2016. Disponível em: [https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GED\\_EaD/article/view/1453/590](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GED_EaD/article/view/1453/590). Acesso em: 19 nov. 2025.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra*. Tradução: Maria Cecília França. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LATUF, Marcelo de Oliveira. Geografia física ou humana, ou será apenas geografia? Texto elaborado para a prova de Conhecimentos Específicos em Geografia do processo de seleção da pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, São Paulo, jul. 2007. *Revista Formação*, v. 1, n. 14, p. 205-206. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Latuf.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de; CASAZZA, Ingrid Fonseca.; BRITO, Carolina Arouca Gomes de. As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 105, p. 211-236, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/198593/182701>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MACHADO, Mônica Sampaio. A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros: a partir da obra *Le Brésil Méridional*. *Geo UERJ: Revista do Departamento de*

*Geografia*, UERJ, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-28, 2. sem. 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49066/32779>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Moraes,%20A.C.R.%20Geografia\\_Pequena\\_historia\\_critica.pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Moraes,%20A.C.R.%20Geografia_Pequena_historia_critica.pdf). Acesso em: 19 nov. 2025.

OLIVEIRA, R. D.; VITTE, A. C. A institucionalização da Geografia no contexto da unificação e do imperialismo alemão: primeiras considerações. In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia, 2010, Rio Claro. *Anais [...]* Rio Claro: UNESP, 2010. p. 4305-4315.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O significado da Alemanha para a gênese da Geografia Moderna. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 45-53, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/ebaa9ef2d391fb3870739836ea17aa32379d2498.pdf>. ou <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/publicacoes/Documents/publicacao-o-significado-da-alemanha.doc>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PONTUSCHKA, Nídia Nacibe; PAGANELLI, Tomoko Iydae; CACETE, Núria Hanglei. *Para ensinar e aprender geografia*. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p. Disponível em: <https://sepgeo.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/para-ensinar-e-aprender-geografia.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das Ciências Humanas e da interdisciplinaridade. *Revista OKARA: Geografia em Debate*, v. 12, n. 1, p. 48-68, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324963067\\_A\\_BNCC\\_PARA\\_O\\_ENSINO\\_DE\\_GEOGRAFIA\\_A\\_PROPOSTA\\_DAS\\_CIENCIAS\\_HUMANAS\\_E\\_DA\\_INTERDISCIPLINARIDADE](https://www.researchgate.net/publication/324963067_A_BNCC_PARA_O_ENSINO_DE_GEOGRAFIA_A_PROPOSTA_DAS_CIENCIAS_HUMANAS_E_DA_INTERDISCIPLINARIDADE). Acesso em: 19 nov. 2025.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Márcio Willyans. Origens da disciplina de Geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 817-834, set./dez. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v11n34/v11n34a11.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. In: *Terra Brasilis* [online], 1, 2000, posto online em 05 nov. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/293#tocfrom1n2>. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.293>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROSSI, Paolo. “A História da Ciência é importante por razões educacionais e filosóficas”, diz pesquisador da Universidade de Pisa. Entrevista concedida a Mateus Carneiro Guimarães dos Santos. *Revista Balbúrdia*, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/revistabalburdia/wp-content/uploads/sites/615/2020/11/BALB%C3%9ARDIA-num1-p.-31-33.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SANTOS, Sandra Freitas; VITTE, Antonio Carlos; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Avocação geográfica. *Terra Brasilis* [online], 19, 2023, posto online em 30 jun. 2023. Consultado em 03 set. 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/13291> Acesso em: 19 nov. 2025.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Ibn-Battuta, geografia de viagens, carste e subterrâneos sagrados. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 55-75, mar. 2016. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1200>. Acesso em: 19 nov. 2025.

WHEN THE MOORS RULED IN EUROPE (Quando os Mouros dominaram a Europa). Dirigido por: Timothy Copestake. Apresentado por: Bettany Hughes. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Produzido por: Rowan Deacon, 2005. Espanha. 1 documentário, 102 minutos, legendado em português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bGp5o-UCtF0>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ZAMBONI, F. J. F. Literatura, ensino e educação liberal. Universidade Estadual Paulista. Tese de doutorado em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social) apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c34e6293-13c4-4aad-a261-b2b93e16d9fd/content>. Acesso em: 19 nov. 2025.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia: ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPEL, Horácio. Filosofia e ciência na geografia contemporânea: uma introdução à Geografia. Maringá: Massoni, 2004.

CORREA, Roberto Lobato: Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DANTAS, A. Pierre Monbeig: um marco da geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do discurso geográfico. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GOMES, Horieste. Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

JOHNSTON, R.J. Geografia e geógrafos. São Paulo: Difel, 1986.

MENDONÇA Francisco de Assis. Geografia física: ciência humana? São Paulo: Contexto, 1989.

MENDONÇA Francisco de Assis. Geografia socioambiental. In: Revista Terra Livre nº. 16, São Paulo. p. 139-158.

MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette. Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, Ruy (Org.). Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. O que é geografia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, Breno Arsioli. Por que estudar história da ciência? *Science Arena*, 2024. Ensaio publicado em 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.sciencearena.org/ensaios/por-que-estudar-historia-da-ciencia/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

NASCIMENTO, A.L. A evolução do conhecimento geográfico: da antiguidade à era da globalização. Maceió: Edufal, 2003.

PONTUSCHKA, Nídia C.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.(Orgs). Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.

QUAINI, Massimo. A construção da geografia humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1983. SANTOS, Milton Santos. Testamento intelectual. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978. SEABRA, G. Fundamentos e perspectivas da geografia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia: geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1974.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.